

A Representação da Maconha nas Páginas da Folha de S. Paulo: Análise da Produção de Sentido em um Contexto de Guerra às Drogas¹

Daniel Affonso Montandon POMPEU²

Gérson de SOUSA³

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG

RESUMO

Este artigo investiga como a Folha de S. Paulo constrói a representação da maconha e que sujeitos emergem dessa produção de sentido na década de 1960 no Brasil. O corpus selecionado são textos jornalísticos veiculados no jornal em períodos em que há discussões sobre políticas de drogas no âmbito da Organização das Nações Unidas, marcadas por uma perspectiva combativa de tais substâncias. A metodologia utilizada é a Análise Cultural, a fim de observar a construção da representação da maconha a partir de uma valorização do contexto histórico e cultural em que se manifesta a produção de sentido. O sentido constante se revela baseado uma construção maniqueísta da representação da planta cannabis.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; análise cultural; representação; maconha; Folha de São Paulo.

1 INTRODUÇÃO

A partir dos séculos XIX e XX, as civilizações começaram a enxergar no uso de algumas substâncias um problema e dedicar os aparatos de Estado e estrutura legislativa para criminalizar aqueles envolvidos com as mesmas. O mundo parecia estar entrando em um consenso sobre o assunto, em que todas as drogas consideradas “perigosas” e, até certo momento, drogas associadas à criminalidade pela ciência, deveriam ser reprimidas de forma prioritária. Nasce uma declarada guerra às drogas, e a partir de então, presídios ao redor do mundo ficaram pequenos para a quantidade de pessoas encarceradas acusadas de se associarem ao tráfico e uso de substâncias proibidas.

Em todo esse processo, um setor da sociedade teve papel imprescindível na construção de significados sobre as drogas e seus usuários: a mídia. Desde o próprio

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XV Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal de Uberlândia, e-mail: danpomp@gmail.com

³ Orientador e professor de Jornalismo na Universidade Federal de Uberlândia, e-mail: g.sousa1971@hotmail.com

surgimento da imprensa as drogas são pautadas nas mais diferentes editoriais dos jornais. A mídia e o jornalismo detém o poder de oferecer alternativas de significados a serem associados a pessoas, objetos e sociedades.

Ao considerar esta perspectiva, adotou-se como objeto de análise os textos jornalísticos publicados na Folha de S. Paulo, que se estabeleceu no Brasil como um dos maiores e mais influentes jornais impressos sob circulação. A Folha, como costuma ser chamada, é produto da junção dos jornais Folha da Manhã, Folha da Noite e Folha da Tarde na década de 1960 (HISTÓRIA...2018), e desde então passou por diversas transformações que a consolidaram como espaço jornalístico de relevância na vida dos brasileiros. O objetivo da pesquisa é entender de que forma se construiu a representação da cannabis a partir do conteúdo jornalístico e de que contexto tais representações beberam.

O presente artigo é fruto da monografia realizada como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). No trabalho original, foram analisadas as reportagens e seus devidos contextos nas décadas de 1960, 1980 e 2010 com o objetivo de pesquisar as transformações que sofreu a representação da maconha a partir da segunda metade do século XX. Neste artigo, apenas a década de 1960 e suas nuances serão explorados. Para encontrar as matérias no acervo digital da Folha de S. Paulo, utilizou-se o termo “maconha”, palavra notadamente mais comum para se referir à erva nos anos mais tardios do século XX (FRANÇA, 2015).

Destaca-se que devido à adoção da perspectiva dos Estudos Culturais e a importância da historicização e contextualização para a Análise Cultural, este trabalho tenta entrelaçar teoria, análise e contexto histórico com o objetivo de captar a complexidade dos significados que emanam do objeto de pesquisa. A decisão se reflete na estrutura do artigo, que se difere da separação tradicional entre revisão bibliográfica, contextualização e análise.

2 A PRIMEIRA METADE DA DÉCADA DE 1960: ENTRE A CELA E A ESPADA

A década de 1960 foi um período de conflitos. Movimentos como o dos *hippies* nascia a partir do clamor popular pelo fim da Guerra no Vietnã, grupos feministas começavam a exigir a quebra de imposições de gênero por uma perspectiva cultural e Martin Luther King fazia seu famoso discurso “*I Have a Dream*” como parte da movimentação pela

garantia de direitos civis dos negros nos Estados Unidos. O Brasil não ficou imune aos “Anos rebeldes”, mas, assim como em outras nações Latino-Americanas, viveu sob forte repressão militar e falta de liberdade de expressão. É neste contexto que a busca de significados atribuídos à maconha através do jornal Folha de S. Paulo se dá neste artigo.

2.1 O conceito de representação na Análise Cultural

A Análise Cultural, adotada como abordagem metodológica desta pesquisa, coloca a ênfase do olhar científico na produção de sentido promovida pelos diferentes dispositivos de significação cultural, entre eles a mídia jornalística. Nessa trajetória, a historicização e a valorização do contexto cultural de cada recorte temporal é imprescindível para entender as nuances da representação construída pelo jornalismo.

[...] os meios de comunicação têm uma produção histórica específica, que é sempre mais ou menos diretamente relacionada às fases históricas gerais da capacidade produtiva e técnica. E também é assim, em segundo lugar, porque os meios de comunicação, historicamente em transformação, possuem relações históricas variáveis com o complexo geral das forças produtivas e com as relações sociais gerais, que são por eles produzidas e que as forças produtivas gerais tanto produzem quanto reproduzem. Essas variações históricas incluem tanto as homologias relativas entre os meios de comunicação e as forças produtivas e relações sociais mais gerais, quanto, mais especificamente, em certos períodos, as contradições gerais e particulares. (WILLIAMS, 2011, p. 69-70)

Nesse jogo de consonância e contradição com as forças produtivas e processo histórico de cada período, os meios de comunicação atribuem significado a grupos e pessoas, balizando, considerando as limitações do processo de significação e sua construção pela perspectiva do receptor, os sentidos que se visa construir.

Em *Cultura e Materialismo* (2011), Raymond Williams oferece uma perspectiva dos meios de comunicação que adota a visão do materialismo histórico-dialético. Williams (2011) busca mostrar como o poder da edição em um produto idealizado na lógica capitalista pode oferecer um posicionamento demarcado disfarçado de realidade absoluta. O caráter camuflado e as sutis escolhas frequentemente classificadas como técnicas por jornalistas são ainda mais claras em mídias como o jornal impresso (WILLIAMS, 2011).

Stuart Hall (2015), ao analisar o ideário de cultura nacional como “comunidades imaginadas”, descreve como a representação de determinados grupos pode ser construída através das narrativas que chegam ao público.

[...]há a narrativa da nação, tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. Essas fornecem uma série de histórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos, e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências compartilhadas, as perdas e os desastres que dão sentido à nação. Como membros de tal “comunidade imaginada”, nos vemos, no olho de nossa mente, como compartilhando dessa narrativa. (HALL, 2015, p. 31)

Se deslocarmos a questão da construção de uma representação de identidade nacional para a construção da representação da maconha e seus sujeitos, fica clara importância da mídia, neste caso a imprensa jornalística, na construção de significados sobre a planta.

2.2 A maconha nas páginas da Folha de S. Paulo

No dia 23 de dezembro de 1964, durante os primeiros meses do Regime Civil-Militar que duraria 21 anos, a Folha de S. Paulo clamou por medidas mais efetivas para proteger o estado de São Paulo do tráfico de drogas em editorial intitulado “Maconha”, veiculado em 23 de dezembro de 1964.

Oitenta quilos de maconha, procedentes de uma fazenda em Alagoas, foram apreendidos pela Polícia paulista quando os traficantes já se preparavam para negocia-los a 40 mil cruzeiros, o quilo. Não causa espanto somente o preço fabuloso que a erva alcança no comércio ignobil. De espantar é saber que, dispondo São Paulo de uma Polícia especializada, que há anos conhece o mecanismo do comércio e os caminhos por onde se processa o transporte, ainda não haja fiscalização eficiente para impedir a entrada de maconha em nosso Estado. Comprovado como está que o transporte é realizado por elementos infiltrados nas levas de imigrantes nordestinos que aqui chegam, já é tempo de cuidar de uma revista obrigatória nas bagagens, uma espécie de ação alfandegária por assim dizer. (MACONHA, 1964)

O texto se refere a uma notícia veiculada com grande destaque nas páginas policiais do jornal no dia 19 de dezembro de 1964, quatro dias antes da veiculação do editorial. Intitulada “Maconha vinha em malas de Alagoas para venda em SP”, a notícia revela a tentativa de venda de 80 quilos do entorpecente para distribuidores em São Paulo,

trazidas da região nordeste por Loarival Felix Tenorio. Após colocar ênfase na rota Nordeste-Sudeste como uma das principais rotas de abastecimento de maconha no estado, o jornal aprofunda suas críticas ao poder público que falha em reprimir um cenário considerado “óbvio” pelo editorial.

Mais profundamente, considerando que São Paulo constitui inegavelmente o centro preferido com relação ao resto do país, as autoridades policiais deveriam voltar à carga junto ao governo federal para decidir de uma vez por todas a execução de providências há muito sugeridas, o que seria golpe de morte nos traficantes: a queima das plantações existentes nos diversos Estados nordestinos. Tais plantações, aliás, já foram localizadas em grande parte pela própria Polícia paulista em ação conjunta com a de outros Estados.

Não se compreende que se deixe de empreender essa ação. Só essa circunstância é que justifica o desprazer e a tranquilidade com que tais fazendas são formadas, cultivadas e mantidas. A simples ação policial repressiva, que além do mais padece ainda da falta de continuidade, de nada resolve o problema. (MACONHA, 1964)

O estudioso brasileiro dos gêneros jornalísticos José Marques de Melo (2003), entende o editorial como um formato que se inclui no gênero opinativo. Melo (2003) defende que diferentemente do senso comum, o editorial não reflete diretamente a opinião do dono do jornal ou editor-chefe da redação. Pode sim, partir de um ou outro, mas se dá em constante busca do equilíbrio opinativo que paira sobre a empresa jornalística, envolvendo desde os repórteres que cobrem o noticiário cotidiano até os dirigentes administrativos do jornal.

[...] se o editorial expressa essa opinião das forças que mantém a instituição jornalística, torna-se necessário indagar para quem se dirige em sua argumentação. A resposta poderia ser tranquila: a opinião contida no editorial constitui um indicador que pretende orientar a opinião pública. Assim sendo, o editorial é dirigido à coletividade.

Na realidade, isso acontece em relação às empresas que atuam nas sociedades que possuem uma opinião pública autônoma. Em outras palavras: que dispõem de uma sociedade civil forte e organizada, contrapondo-se ao poder do Estado.

Este não é o caso da sociedade brasileira, cuja organização política tem no Estado uma entidade todo-poderosa, presente em todos os níveis da vida social. Por isso é que os editoriais difundidos pelas empresas jornalísticas, embora se dirijam formalmente à “opinião pública”, na verdade encerram uma relação de diálogo com o Estado. (MELO, 2003, p. 104)

No editorial “Maconha”, a Folha de S. Paulo fala diretamente com esse Estado que é responsabilizado pelos problemas com que a sociedade paulistana convive. Não há divisão da responsabilidade com a sociedade civil, nem mesmo para “culpar” aqueles que compram a maconha no varejo como financiadores dos traficantes. O editorial deixa claro que esta é uma responsabilidade do Estado e da polícia em uma guerra que deve ser travada (e vencida) contra os traficantes.

As tais “levas de imigrantes nordestinos” citadas no editorial são as mesmas que até o início dos anos 1960 tiveram papel imprescindível na rápida expansão urbana e econômica paulistana. Certa criminalização deste grupo aparece implícita nas palavras do editorial. Os imigrantes que tiveram papel importante no crescimento da cidade nas quase duas décadas anteriores se tornam os responsáveis também pela síntese e exportação do flagelo social associado à maconha.

O conflito contra substâncias não raro também é travado, em segundo plano, contra um grupo historicamente associado a determinada droga. Mais comum ainda é a aproximação de entorpecentes maléficos a imigrantes e sujeitos economicamente desfavorecidos. Talvez o mais notório caso brasileiro que envolva a maconha possa ser recortado a partir do surgimento das primeiras leis que proibiram a erva a no século XIX. Em um momento que o consumo recreativo e medicinal já se encontrava há muito tempo imbricado na cultura, principalmente entre escravos e seus descendentes, a primeira lei que proíbe a maconha surge em 1830, quando a Câmara Municipal do Rio de Janeiro baniu o conhecido “pito de pango” de ser vendido em feiras e consumido pela população e posteriormente proibido nacionalmente de ser plantado e usado em 1936, como explica Jean Marcel Carvalho França (2015) em “História da maconha no Brasil”.

Apesar das crescentes tentativas de erradicação da erva, a cannabis já fazia parte do dia-a-dia de brasileiros há séculos. Exemplo é “a venda livre e regular, até as décadas iniciais do século XX, do cânhamo e de diversos fármacos à base dessa planta, cigarros inclusive, em farmácias, ervanários e feiras livres do país.” (FRANÇA, 2015, p. 19) Longe das capitais, até mesmo depois da proibição brasileira em 1936, o hábito de consumir e cultivar a maconha ainda era preservado, quando a erva ainda era vendida como “fumo bravo” em feiras do interior (FRANÇA, 2015). Apesar da resistência cultural à proibição, as novas leis e ações de repressão acompanhavam uma tendência mundial que só viria a se intensificar.

A oportunidade de transformar um crescente consenso global de repressão (liderado pelos Estados Unidos) em política internacional se concretizou em grande parte pelas vias da Organização das Nações Unidas (ONU). Órgão criado como Liga das Nações durante a Segunda Guerra Mundial e atualmente com 193 estados-membros (PAÍSES-MEMBROS... 2018), a ONU passou a ser uma referência para países que buscam resoluções de conflitos, problemas humanitários e outras questões que tenham reflexos para além das fronteiras de cada nação. Foi no escopo da ONU que 74 países (adesão recorde até então) se reuniram em Nova Iorque entre 24 de janeiro e 25 e março de 1961 para a Convenção Única sobre Entorpecentes (VALOIS, 2017).

A política internacional já caminhava no sentido da proibição das drogas, principalmente o ópio, desde o começo do século XIX. Foi na Convenção Única de 1961, entretanto, que a proibição da produção da cannabis foi oficializada em acordo internacional pelos países signatários. As decisões tomadas no âmbito da ONU foram feitas a partir de caráter técnico, apoiado por especialistas em segurança e saúde pública da época como uma necessidade para preservar o bem-estar e moral da humanidade.

A fórmula saúde e moral da humanidade era um desvio retórico do tema direitos humanos, uma busca de amenizar a incoerência da repressão de algo essencialmente humano, o consumo de drogas, mas o momento é de se avaliar alguns aspectos da Convenção Única sobre Entorpecentes, considerada um divisor de águas na política internacional de drogas, posto que traça a divisão clara entre um período no qual a droga poderia ser considerada um produto regulado pelo mercado, ainda que com o apoio do Direito Penal, para uma fase em que somente este, o Direito Penal, iria regular o tratamento da questão: o produto droga se transforma em um mal que contamina a todos que deles se aproximam (VALOIS, 2017, p. 255-256).

Ao analisar este que seria um marco na lógica de combate às drogas, é possível notar a disparidade com que o assunto foi tratado considerando quais substâncias já faziam parte de cada cultura. As diferenças com relação a criminalização de determinadas substâncias ultrapassa então o âmbito da associação a este ou àquele grupo social. No cenário internacional, a criminalização acontece a depender do desenvolvimento econômico e valorização cultural de cada droga.

Em 1962, a Folha é vendida a Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. A mudança é um grande passo em direção à consolidação econômica e midiática da empresa, “que diversifica os negócios em três frentes: investe em distribuição e amplia

sua circulação fora da capital, transforma o parque gráfico no mais moderno do país e compra a Litgraphica Ypiranga, os jornais ‘Notícias Populares’ e ‘Última Hora’ e parte da TV Excelsior.” (DA CRIAÇÃO... 2016) Sob grande expansão de público, a Folha já se estabelecia como jornal influente e acessível, características que viriam a ser importantes na difusão de informação e opinião sobre a questão das drogas.

Subsequente ao processo de consolidação da Folha de S. Paulo, a Convenção Única de 1961, promulgada no Brasil em 1964, colocou diretrizes claras no combate aos entorpecentes considerados negativos para a sociedade: combater com rigor e medidas penais os traficantes e, se possível, tratar os viciados em ambientes reclusos como hospitais psiquiátricos. As linhas dedicadas aos “toxicômanos” são apenas duas, referentes ao artigo 38 da resolução. Em umas delas, o tratamento de dependentes é condicionado à disponibilidade de recursos econômicos de uma das partes (usuário ou Estado). (BRASIL, 1964)

É presente no texto a preocupação com o trânsito e distribuição das substâncias, além do enérgico combate nacional e internacional (este último com penas mais duras) que deve ser travado com os traficantes.

Disposições Penais

1. Com ressalva das limitações de natureza constitucional, cada uma das Partes se obriga a adotar as medidas necessárias a fim de que o cultivo, a produção, fabricação, extração, preparação, posse, ofertas em geral, ofertas de venda, distribuição, compra, venda, entrega a qualquer título, corretagem, despacho, despacho em trânsito, transporte, importação e exportação de entorpecentes, feitos em desacordo com a presente Convenção ou de quaisquer outros atos que, em sua opinião, contrários à mesma, sejam considerados como delituosos, se cometidos intencionalmente, e que as infrações graves sejam castigadas de forma adequada, especialmente com pena prisão ou outras de privação da liberdade. (BRASIL, 1964)

Definidas as disparidades, estas também são observadas na construção jornalística presente na Folha de S. Paulo. Para além de construir o sentido de um conflito entre inocentes e algozes, o editorial “Maconha” reafirma o recorrente aspecto, ao observar outros textos da década de 1960 na Folha de S. Paulo, de que este conflito deve ser travado pelas forças do Estado. Em consonância com as prioridades colocadas a partir da Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961, o combate ostensivo da polícia aos

traficantes e o uso das ferramentas dispostas pelo direito penal são os mecanismos apresentados para resolução do problema.

A hegemonia de notas de cunho policial é marcante. Em 1961, das 26 peças jornalísticas encontradas sobre o tema, 13 são notas sobre temas policiais. O caráter criminal se mantém em 1964, quando 21 pequenas notas policiais foram encontradas entre 33 matérias jornalísticas. Dentre os outros materiais, principalmente notícias e algumas colunas e editoriais, o caráter prevalece como criminal, anunciando a prisão deste ou daquele traficante, a apreensão de variadas quantidades de maconha ou, em alguns poucos momentos, contestações sobre a efetividade às forças policiais da época no combate à substância. Com pouquíssimas exceções, uma cruzada de grande adesão e consenso contra o tráfico ilícito emerge das páginas do jornal na época.

Aqui entende-se como nota a definição de José Marques de Melo (2003). Melo entende a diferença entre nota, notícia e reportagem pela progressão dos acontecimentos, sua captação pela instituição jornalística e a acessibilidade de que goza o público. Dos três formatos que se localizam no escopo do Gênero Informativo (MELO, 2003), a nota é que oferece a maior brevidade, quando os acontecimentos são meramente anunciados ou ainda em progressão.

Na década de 1960, a partir de um quadro de maior burocratização da repressão às drogas, esse combate à cannabis se justifica como parte do trabalho da força policial e da justiça pela perspectiva do direito penal. Seguem-se os preceitos da Convenção Única de 1961 praticamente à risca. Os imigrantes nordestinos, assim como os negros, são alvos indiretos da política de repressão à maconha naquele momento. A diferença é que na década de 1960, o argumento passava a ser construído a partir da saúde pública, da moral e, principalmente, contra os criminosos que ameaçavam fragilizar o tecido social brasileiro. Esse tom de conflito público com que o assunto é tratado pode ser observado nas notas “Entorpecentes” e “Tinha pé de maconha no quintal”.

Entorpecentes

As autoridades policiais do 3.o Distrito dessa capital estão empenhadas na captura de uma quadrilha de mulheres traficantes de maconha que operam em bairros do Recife as quais são protegidas pelos viciados. Presume a polícia que haja plantações domésticas da erva a exemplo do que recentemente verificou-se em Água Fria. (ENTORPECENTES, 1961)

Tinha pé de maconha no quintal

Agentes da delegacia de entorpecentes apreenderam esta manhã um pé de maconha que estava plantado no quintal da residência de Nilton Nascimento dos Santos (22 anos, solteiro, Rua José de Andrade, s.n. Bacia do Macedo). Os ‘pacaus’, 16 apreendidos em poder do traficante ‘Baianinho’ (não identificado, que se erradiu) e 3 com o marginal Osmar Fernandes de Sousa, vulgo ‘Escurinho’ (largo Marques de Monte Alegre, 6, quarto 6) foram encaminhados à Polícia Técnica. (TINHA... 1964)

A Folha de S. Paulo mostra-se como lente amplificadora dos preceitos vigentes no contexto de guerra àqueles envolvidos com a maconha. Quando se considera os usuários, sua falta de protagonismo no debate proposto pelo jornal é latente. Mesmo por uma perspectiva da saúde pública, assume-se o objetivo de erradicar a droga pela raiz, enquanto os usuários e dependentes químicos são meras vítimas de seus fornecedores.

No material analisado na Folha de S. Paulo, é clara a homogeneidade da visão jornalística que reproduz o caráter combativo à cannabis e os sujeitos que se relacionam a ela, sejam usuários, traficantes ou - frequentemente - um meio termo entre os dois. No caso dos anos 1960, a câmera é colocada atrás da polícia e esta é a perspectiva oferecida para observar este conflito. Essa afirmativa adquire grau de importância quando consideramos que “os meios de comunicação, tanto como produtos quanto como meios de produção, estão diretamente subordinados ao desenvolvimento histórico” (WILLIAMS, 2011, p. 69), assim como ajudam a construí-lo.

Apesar da perspectiva combativa e policial oferecida pela Folha de S. Paulo, o aspecto popular da maconha e sua proximidade cultural com o brasileiro ainda pode ser identificado em alguns momentos, como quando o jornal noticiou a venda da erva como “couve-brava” em feiras do interior pernambucano em 1961.

Nas feiras do interior de Pernambuco a maconha é vendida junto com plantas de primeira necessidade ou como “couve-brava”. Em alguns lugares o público adquire-a como qualquer erva medicinal comum, sem qualquer restrição por parte das autoridades policiais.[...] (MACONHA... 1961)

Na nota fica evidente a indignação transmitida pela venda da maconha como qualquer outro artigo comum em uma feira pública. É uma exceção inaceitável quando se compara o contexto burocrático de crime, conflito policial, prisão e justiça que envolve o tema nas páginas do jornal. Usada como fumo ou erva medicinal, a maconha vendida ao lado de outras ervas causa certa disrupção na certeza de um sujeito criminoso ou

viciado. A fissura nesta concepção revela o uso comum, rotineiro, deslocado do conceito de droga ou entorpecente, de uma planta que tem raízes antigas na cultura popular, algo que a Folha de S. Paulo perde a oportunidade de reconhecer (ou deliberadamente ignora) quando expressa com tom absurdo que não há “qualquer restrição por parte das autoridades policiais” da venda da maconha.

A questão da cannabis como elemento da cultura popular também aparece no jornal pelas vias do conhecimento científico. Na seção “Fatos e Autores”, onde o jornal publica notas sobre recentes lançamentos, premiações e informações sobre autores proeminentes, uma nota intitulada “Estudo sobre a medicina rustica” aparece na edição de 29 de janeiro de 1961. O texto é um dos únicos exemplos encontrados da citação da maconha como tema de pesquisa científica.

[...]A medicina magica procura curar o que de estranho foi colocado pelo sobrenatural no doente, ou extirpa o mal que faz sofrer e compreende benzedura, simpatia, profilaxia mágica, toré e catolicismo de “folk”; a medicina religiosa trata das doenças provindas da quebra de um tabu ou desobediência de uma determinação divina ou ainda a sanção punitiva de um ser superior e da cura através de uma terapêutica ritual, como se dá no candomblé; a medicina empírica cuida das ervas, as comidas especiais, as massagens, banhos, etc. Nas conclusões de seu “Medicina Rustica”, Alceu Maynard Araujo encarece a necessidade de se incluir nos curriculum das Faculdades de Medicina a disciplina da antropologia social, objeto aliás apresentada pelo autor no III Congresso Pan-Americano de História da Medicina e unanimemente aprovada. Como todo trabalho científico, “Medicina Rustica”, que a Editora Nacional apresentará ainda neste primeiro semestre, traz farta documentação em seu apêndice, onde Alceu Maynard Araujo aborda também o problema da maconha.[...]
(ESTUDO... 1961)

O livro “Medicina Rústica”, publicado pela primeira vez em 1959 pela Editora Nacional, originou-se de um estudo etnográfico do sociólogo Alceu Maynard Araújo realizado pelo autor a partir de observações na cidade de Piaçabuçu, interior do estado de Alagoas. Ao descrever o estudo, A Folha de S. Paulo destaca sua contribuição folclórica e antropológica de registro dos costumes de um povo da região nordeste. É possível considerar a perspectiva de Michel de Certeau (1995) em “A beleza do morto”, de que, a partir da tentativa de registro de uma cultura popular por um sujeito que integra a cultura erudita ou elite intelectual, o aspecto popular se desintegra, sobrando a interpretação de alguém alheio às experiências que descreve. Com relação à maconha, este apagamento da cultura popular acontece aqui em dois níveis.

O primeiro deles está na obra “Medicina Rústica”, quando a própria descrição de cantigas, versos, costumes, particularidades e as interpretações realizadas pelo autor retiram as manifestações culturais de seu contexto popular para envolvê-las em um manto do conhecimento científico. É preciso deixar claro que estudos como este, apesar da tentativa de transmitir a cultura de um povo, não o conseguem efetivamente. O paradigma se localiza precisamente nessa eterna contradição: descrever elementos da cultura popular não se trata de reproduzir ou capturar, em sua manifestação espacial, temporal e social, a cultura popular.

Eles têm o mérito, que não é pouco, de ter inventado um tópico em virtude de sua própria ambiguidade. O de, também, repousar sobre um enorme trabalho de decifração, que sugere um certo número de pistas de estudo; a mais clássica, a mais difícil, talvez pela raridade de documentação significativa seria a via de uma sociologia da cultura, da sua produção, de sua difusão, de sua circulação: essa pode ser, se assim desejarmos, a abordagem externa de uma coerência, necessária, e, no entanto, insuficiente.

[...]

Para o historiador, assim como para o etnólogo, o objetivo é fazer funcionar um conjunto cultural, fazer com que apareçam suas leis, ouvir seus silêncios, estruturar uma paisagem que não poderia ser um simples reflexo, sob pena de nada ser. Mas seria um erro acreditar que esses instrumentos sejam neutros e seu olhar, inerte: nada se oferece, tudo deve ser tomado, e a mesma violência da interpretação pode aqui criar ou suprimir. (CERTEAU, 1995, p. 79-80)

Isso não quer dizer que não haja contribuições legítimas por parte da construção deste conhecimento, mas é preciso considerar que os autores do mesmo falam de lugares sociais completamente diferentes daqueles a quem descrevem.

Em segundo nível, mais profundo e explícito, o silenciamento ou distorção do papel da maconha na cultura popular se dá quando o jornal descreve o apêndice número seis de “Medicina Rústica” como a abordagem negativa do “problema da maconha”, condizente com a retratação do tema nos editoriais e notas do jornal. Na verdade, através de relatos e observação de moradores de Piaçabuçu, o autor constrói uma versão dos fatos que contrapõe aquela que emerge do jornalismo da Folha de S. Paulo. Há, no apêndice “Maconha”, a identificação da erva como droga das pessoas “destituídas de fortuna”, como seu uso difere com relação ao Sul e Nordeste do Brasil, os efeitos práticos nos usuários de longa data e hábitos de socialização que envolvem o ritual de fumo da maconha na cidade alagoana.

Explicou-nos Alírio, preto idoso, plantador de maconha, que o tratamento ‘do fumo-de-angola’ requer cuidados especiais: “Tal qual o fumo é preciso capar para que não se torne repolhuda e sim delgada e o que perde com a capação das folhas ganha dando bolotas maiores, mais fornidas.’ As sumidades floridas - as bolotas - é que produzem o material melhor para ser fumado. (ARAÚJO, 1979, p. 258)

O conhecimento popular dos aspectos botânicos de cultivo da maconha, mesmo quando envoltos por uma pesquisa realizada por um cientista de renome, não encontram espaço na nota publicada na Folha de S. Paulo. Ao resumir o apêndice ao “problema da maconha”, o jornal promove o silenciamento de sujeitos que têm com a cannabis uma profunda ligação cultural e ritualística. Essas vozes não aparecem, nem mesmo quando o livro que reúne a descrição destas questões é divulgado pelo jornal. A investigação de outros usuários e comerciantes da planta que não sejam os criminosos e viciados perseguidos pela polícia é uma realidade que não chega aos leitores de notícias. A Convenção Única de 1961, suas concepções de tráfico e punição, refletidas pelas matérias jornalísticas, formam a narrativa de mão única que o jornal adota nos primeiros anos da década de 1960.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se analisa o material observado na Folha de S. Paulo em 1961 e 1964 fica nítida a presença de uma versão dos fatos conflituosa, situada no âmbito da segurança pública e da moral. Essa versão esconde o real sujeito e a cultura em que a cannabis se situa, descolada de seu contexto histórico e uso popular para se transformar em produto do tráfico.

É preciso olhar para o jornalismo como espaço de promoção de cidadania. Ler e consumir conteúdo jornalístico é encarar o mundo através de uma lente muito bem delimitada, que transborda de intencionalidade nas entrelinhas. Mesmo assim, é possível observar se a intencionalidade por trás de um veículo de comunicação é a de ampliar a visão de mundo de seus leitores, ou de restringi-la a partir de uma posição de poder. Durante esta pesquisa, a tentativa foi de dissecar o implícito, o não-dito, que permeia toda a produção de sentido construída pela Folha de S. Paulo ao longo do período analisado. Mais do que uma planta ou um “entorpecente”, a maconha ditou tendências, foi símbolo

de contracultura, utilizada como porta de entrada para o sistema carcerário. Há uma ampla e incapturável, no limitado âmbito desta pesquisa, pluralidade de significados associados a essa droga e os sujeitos que se relacionam ou são relacionados a ela.

Nos primeiros anos da década de 1960, é possível observar resquícios quase totalmente apagados de uma cannabis popular, presente na rotina de pessoas do interior que buscavam a cura pela medicina rústica, passada de geração em geração. A maconha vendida na feira das regiões interioranas do Brasil aparece na Folha de S. Paulo quase como a fissura de um patrimônio cultural, apagado pelo jornal após mais de um século de tentativas de criminalização de uma ampla rede de atores políticos nacionais e internacionais. As práticas ritualísticas, religiosas e sociais que envolveram a planta ficaram restritas a poucas publicações científicas que ousassem se contrapor a um consenso fabricado sobre a necessidade de se combater tão radicalmente a droga, e principalmente, o debate sobre a mesma.

REFERÊNCIAS

APREENSÃO de 300 kg de maconha merece elogios. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 25. 28 jul. 1964.

ARAÚJO, Alceu Maynard. Apêndice nº 6: A Maconha. In: ARAÚJO, Alceu Maynard. **Medicina Rústica**. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979. p. 257-262.

BRASIL. Decreto nº 54.216, de 27 de agosto de 1964. Brasília, DF, Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54216-27-agosto-1964-394342-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 set. 2018.

CERTEAU, Michel de. A beleza do morto. In: CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. Campinas: Papirus, 1995, p. 55-84.

DA CRIAÇÃO do jornal ao futuro digital; veja 9,5 marcos da história da Folha. **Folha de S. Paulo**. 2016. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/asmais/2016/02/1744105-da-criacao-do-jornal-ao-futuro-digital-veja-95-marcos-da-historia-da-folha.shtml?mobile>. Acesso em: 11 set. 2018.

ENTORPECENTES. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 9. 22 out. 1961.

ESTUDO sobre a medicina rustica. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 4. 29 jan. 1961.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)**. Universidade de Campinas (Unicamp). Campinas, SP: [s. n], 2002. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280752>

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **História da maconha no Brasil**. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

HALL, Stuart. As culturas nacionais como 'comunidades imaginadas'. In: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. p. 29-38.

HISTÓRIA da Folha. **Folha de S. Paulo** Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm. Acesso em: 11 set. 2018.

INTERNATIONAL DRUG POLICY CONSORTIUM (IDPC). **SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS (UNGASS) SOBRE O PROBLEMA MUNDIAL DAS DROGAS: RELATÓRIO DO PROCESSO**. Idpc, 2016. Disponível em: http://fileserv.idpc.net/library/UNGASS_Proceedings_PT.pdf. Acesso em: 20 nov. 2018.

MACONHA. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 4. 23 dez. 1964.

MACONHA é vendida na feira como “couve-brava”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 23 dez. 1961.

MELO, José Marques de. Gêneros Jornalísticos. In: MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003. p. 41-70.

PAÍSES-MEMBROS da ONU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

TINHA pé de maconha no quintal. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 17. 29 nov. 1964.

VALOIS, Luís Carlos. Polícia Internacional: Totalização e Objetivação. In: VALOIS, Luís Carlos. **O direito penal da guerra às drogas**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017, p. 33-303.

WILLIAMS, Raymond. Meios de comunicação como meios de produção. In: WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 69-86.